

GONZÁLEZ-CONDE PUENTE, M^a. Pilar (2025) – *Los libertos de libertos en las provincias Hispania: los testimonios con mención expresa de subdependencia en las inscripciones paganas*, Zaragoza: Libros Pórtico, 226 pp., com 16 ilustrações, ISBN: 978-84-7956-232-8

http://doi.org/10.14195/1647-8657_64_12

Os estudos sobre sociedade na Antiguidade romana a partir das fontes epigráficas são hoje de particular importância no matizar da paisagem social antiga, embora estejamos conscientes de que nas epígrafes não emerge o todo social de um dado contexto territorial. A importância que os libertos tiveram enquanto grupo e na relação com os sectores populacionais de nascimento livre é aspeto a que cada vez se dá mais atenção e a documentação da sua presença configura, não raro, indício de dinamismo socioeconómico, que se vê muito associado ao alavancamento e crescimento de determinados contextos comunitários em que se inserem. A temática conta com vastíssima produção científica para lá das obras fundamentais (v. g. DUFF, 1928; TREGGIARI, 1969; WEAVER, 1972; MANGAS MANJARRÉS, 1971; SERRANO DELGADO, 1988; HERNÁNDEZ GUERRA, 2013; BELL, BORBONUS E MACLEAN, 2024) sobre este importante grupo da sociedade que mantinha com os patronos uma continuidade de dependência na forma de prestação de serviços, de submissão e, inclusive, de direitos de herança por parte deles e seus descendentes. Ao lado dos libertos privados, coexistiam públicos e imperiais. E a sua marca nas comunidades em que se integraram foi, amiúde, digna de nota, tanto pelas funções públicas que podiam desempenhar, como pelos atos de munificência que não-raro protagonizavam.

Pelos interstícios das camadas libertinas é possível, porém, perceber mecanismos de subdependência, que nem sempre têm tido uma atenção tão direta da investigação, daí o interesse particular do volume dado à estampa por María Pilar González-Conde Puente, docente da Universidade de Alicante, sobre a temática.

Os objetivos da investigação estão particularmente bem definidos na Introdução (p. 9-12), passando, desde logo, por compilar os testemunhos epigráficos da *Hispania* romana sobre libertos em que haja menção expressa de subdependência ou com informação segura (por exemplo cargos na administração ou o exercício da Augustalidade), para apenas incluir os incontestáveis. O saldo final acaba, assim por não ser extenso ao cifrar-se em 37 casos, ainda que se presuma que esta realidade tenha sido mais impactante.

O trabalho estrutura-se em seis capítulos, que são antecidos da referida introdução e sucedidos pelas conclusões e pelo catálogo dos testemunhos epigráficos garantidos de sujeição no âmbito libertino. O primeiro destes capítulos (pp. 13-28) explana precisamente, de modo mais aprofundado, as questões conceptuais – desde logo o entendimento de subdependência – e metodológicas já afloradas no texto introdutório, sendo de ressaltar as precauções que devem ter-se na utilização da onomástica, designadamente grega, como fator de identificação de estatutos jurídicos pessoais, pois obviamente esta não foi exclusiva da população servil ou com essa origem, como bem prova o rastreio lusitano (EDMONDSON e NAVARRO CABALLERO, 2024) ou mesmo o gentílico *Publicius* para o caso de libertos públicos (SERRANO DELGADO, 1988).

A apresentação dos testemunhos com menção expressa desta subdependência faz-se no segundo capítulo (pp. 29-86) seguindo um critério geográfico-administrativo, concretamente, a divisão provincial imperial (pp. 29-42), afigurando-se, sem grande surpresa, uma maior representatividade em territórios com um histórico de dominação romana mais profundo e em contextos urbanos mais desenvolvidos, quer pelas funções administrativas, quer simplesmente pelas suas próprias dinâmicas socioeconómicas. Mas igualmente se esmiúçam os dados de um ponto de vista temático, sendo dada atenção a aspetos pessoais e da relação familiar (pp. 42-49), ao papel na comunidade, designadamente no que se refere ao desempenho de funções públicas (pp. 48-58) e de atividades privadas (pp. 58-69), ao género feminino (pp. 69-84) e à origem (pp. 84-86).

Um panorama de relacionamento familiar e jurídico diverso desprende-se do conjunto de inscrições, sendo, inevitavelmente, discutidos, em detalhe, casos difíceis que têm a ver com o carácter sucinto dos textos poder dar azo a interpretações diversas. Desde logo perante o quadro legal antigo, como acontece, por exemplo, no respeitante a duplos patronatos no âmbito de matrimónios, aspeto que desde logo se vê impedido pelo desconhecimento da situação jurídica da mulher nessa união. Mas será muito improvável que indivíduos de origem servil utilizem fórmulas onomásticas de um estatuto jurídico diferente para afirmar pertença a determinada família libertina com patrono de destaque, como se chega a equacionar (p. 45) relativamente aos filhos do liberto *Nothus* na inscrição olisiponense que honra o augustal perpétuo *C. Heius Primus* (CIL II 196 = nº 35a).

A referência a cargos públicos aparece sempre, quase sem surpresa, associada a patronos, sendo a Augustalidade a função mais representada, mas já não é assim no referente a ocupações profissionais privadas, como se evidencia. Uma observação em termos de género, revela a mulher nessas inscrições com condições sociais e jurídicas diversas, numa casuística variada e nem sempre facilmente discernível nos diversos casos, que, mais uma vez, são cirurgicamente esmiuçados. Extremamente exígua é a informação sobre mobilidade e concretamente procedência dos indivíduos, demonstrando-se que só indiretamente se pode fazer algum tipo de aproximação a esta questão, quase sempre pela via onomástica.

Na realidade, os dados epigráficos, reportados maioritariamente a ho-

menagens (pp. 87-102) e a epitáfios (pp. 103-131), não são abundantes para a temática da subdependência no âmbito libertino, mas expõe-se terem estes últimos um horizonte cronológico alto-imperial mais dilatado que as manifestações honoríficas, praticamente acantonadas na segunda centúria, como se expõe no terceiro e quarto capítulos.

A onomástica é um elemento fundamental nestes estudos de cariz social e, pese embora o detalhe colocado no seu tratamento, teria sido talvez mais eficaz se tivesse sido procurada uma abordagem mais sistemática do ponto de vista socio-jurídico para além da casuística, que ainda assim é filtrada pelo agrupamento em três níveis (patronos, libertos/patronos e libertos subdependentes). Desde logo, distinguindo claramente entre *ciues* e *peregrini*, e libertos de uns e de outros.

Na epigrafia votiva estas situações de subdependência não se encontram declaradamente atestadas, como é colocado em evidência no curtíssimo quinto capítulo (pp. 133-134), no qual se faz a exegese de uma inscrição dedicada a Vitória Augusta (*CIL* II 2327), apenas conhecida por tradição manuscrita e que fica de fora por não estar indubitavelmente presente essa relação.

A investigação foi conduzida apenas com base em casos expressos de subdependência, mas o sexto capítulo (pp. 135-165) serve, ainda, para discutir um conjunto de outros casos duvidosos, mas com muita possibilidade de igualmente conterem esse tipo de relação. Do ponto de vista metodológico, jogando com estruturas onomásticas e origem linguística da antroponímia, esta não se poderá sobrepor às primeiras no intuito de identificação de indivíduos de origem servil ou com este estatuto. Embora se possa admitir uma alta percentagem de nomes orientais entre estes, tal facto por si só não pode ser probatório, como bem se explana e os estudos onomásticos vêm cada vez mais expondo, como o já referido que visa a Lusitânia (EDMONDSON e NAVARRO CABALLERO 2004).

Em algumas inscrições, designadamente funerárias, surgem estruturas onomásticas de idiónimo seguido de outro idiónimo em genitivo sem qualquer apostrofo que indique expressamente um estatuto jurídico. São situações claramente influenciadas por tradições onomásticas e epigráficas locais ou até regionais que dificilmente devem ser valoradas neste âmbito da subdependência, correspondendo massivamente a *peregrini*, conforme, em outros contados casos desses contextos, se pode comprovar pela presença da abreviatura indicadora de filiação, como bem ilustram regiões interiores da *Lusitania* ou os *conuentus* mais ocidentais da *Hispania citerior*, mas não exclusivamente. E esta noção é perfeitamente assumida na obra, bem como a ideia de que o acesso à ingenuidade não implicou a rejeição total da onomástica grega, a que acrescentaria a liberdade de opção por essa onomástica como moda ou marcador cultural por parte de autóctones. Por isso se tratam alguns casos, entre os duvidosos, cuja classificação no âmbito da subdependência decorre da onomástica. Um caso altamente provável é o de *P. Valerius Dionysius*, séviro augustal de *Dertosa* (*CIL* II 4062), mas não tomado por seguro nesta análise (p. 143) por fidelidade ao princípio metodológico seguido, uma vez que não se encontra declaradamente expresso o seu estatuto de libertus. Se a recusa por parte dos *liberti* em manter

antroponímia que possa revelar ascendência servil é admissível, também são conhecidos, e apresentados, casos contrários. Evocamos o epitáfio de uma *Vicaria Proba* de *Bracara Augusta* (AE 1973, 300; CECBpo, 317), trazido à colação no volume (p. 150), precisando que defendemos essa vontade de afastamento relativamente a antroponímia denunciadora de ascendência servil por a sua filiação ser dada pelo cognome *Vicarius*, a partir do qual terá formado o gentílico patronímico que ostenta, evitando o gentílico paterno, que se equacionou poder ter sido *Publicius*, à semelhança do que apresenta o dedicante da inscrição, um *Publicius Crescens*, sendo a mesma sumamente interessante por aludir não só a *liberti publici*, mas também por sugerir uma antiga relação de *seruus ordinarius* com um *uicarius* (REDENTOR, 2017, I: 197-199, 222; II: 418).

A possibilidade de termos mães libertando filhos é obviamente aceitável e a inscrição de Orjais (FE 5, 19 = AE 1983, 471; EFRBI, 12), no Fundão, assim aponta, sendo que são, na obra (pp. 156-157), rigorosamente avaliadas todas as possíveis hipóteses de interpretação de estatutos e relações entre as personagens, ainda que neste caso, à luz da tradição epigráfica regional, o mais lógico seja mesmo considerar estatutos jurídicos distintos para os progenitores de *Camira Sunuae lib.*, o peregrino *Docquirus Catueni* e a sua liberta *Sunua Docquiri lib.*, acontecendo aqui plausivelmente uma relação de subdependência que é sempre mais difícil de asseverar em face de estruturas onomásticas de *peregrini* e/ou dos seus libertos, ou seja, de identificações idionímicas. Para este caso, devemos relevar que estes são os únicos testemunhos dos antropónimos *Docquirus* e *Sunuae* no território dos *Lancienses Oppidani*, estando ambos ligeiramente mais bem representados na vizinha *ciuitas Igaeditanorum*, seguindo os dados que elaborámos para o *Atlas Digital Onomastique de la Péninsule Ibérique Antique* (<http://adopia.huma-num.fr>). Porém, desde a divulgação do achado, tem-se vindo a preferir reputar ambos os pais libertos, ao arrempio da lição epigráfica, até porque o campo epigráfico comportaria mais caracteres que explicitassem, nesse caso, a *libertinatio* de ambos, quer indicando a abreviatura *lib.* após os dois idionímicos da nomenclatura paterna, quer escrevendo por extenso o plural *liberti* após a materna. Situação idêntica é a de uma outra inscrição do mesmo contexto regional (pp. 157-158), do referido território dos Igeditanos, o epitáfio de *Vegetino Amoena lib.*, mandado executar pela mãe *Amoena Eutychia lib.*, mas, neste caso, não há referência ao progenitor (EFRBI, 112; Igaed, 203). Explicar-se-á esta relação num cenário em que *Vegetinus* tenha vindo a ser adquirido por sua mãe, ainda escravo, depois de esta ter conseguido a sua própria alforria (REDENTOR, 2024: 53), a mesma que no epitáfio o designa apenas de filho porque, plausivelmente, a estrutura onomástica já expressava, no ambiente urbano da pequena capital *ciuitas*, essa relação jurídica, a qual não seria o mais importante expor no epitáfio mandado lavrar para ambos. Ainda que seja sempre possível questionar as identidades de indivíduos apenas identificados com um nome único – até porque, relativamente ao caso referido, o nome *Amoena* é mais bem representado na *ciuitas* – é pertinente que se possam valorizar e entender os contextos, na sua dimensão local, e até microespacial, e

de diversidade, com vista à valoração dentro de uma escala de probabilidades. Por exemplo, relativamente a *Conimbriga*, discute-se (p. 164) se, no epitáfio mandado executar por uma *Ocellia* aos dois filhos libertos (*FC* II, 51), um deles, *Fortunatus Felicis lib.*, terá sido libertado pelo próprio irmão *Felix Boutiae lib.* Efetivamente, ainda recentemente se assumiu esta interpretação (NAVARRO CABALLERO e ORIA SEGURA, 2024: 512) e, em abono dela, talvez possamos referir que no território da cidade o nome *Felix* tem uma ligação corroborada ao mundo servil (*FC* II, 50), sendo o único caso, associado a *ingenui*, o de *Murrius Felix* (*FC* II, 60), que possivelmente é de origem forânea, eventualmente itálica.

Mas a opção metodológica da obra é bem clara no que respeita a incluir apenas casos comprovados de subdependência e, por isso, fica também de fora a situação de *Acilia Pechusa*, de *Singilia Barba* (Antequera), liberta e esposa de *M'. Acilius Fronto* e que terá herdado deste também os seus escravos e escravas após a sua morte prematura, conforme se expõe nas páginas anteriores (pp. 160-165) ao apartado de sucintas conclusões (pp. 167-170).

Segue-se o catálogo (pp. 171-176) que, como a autora expressamente refere logo no início da obra (p. 27), corresponde a um rol inevitavelmente inacabado. Nele, cada entrada reduz-se à referência bibliográfica da leitura seguida e à transcrição desta. Julgamos que teria sido interessante igualmente elencar deste modo os exemplos tratados como duvidosos.

O volume é completado pela listagem de abreviaturas utilizadas e pela bibliografia, abrangente e atualizada, bem como por minuciosos índices onomásticos (não distinguindo cognomes de nomes únicos), geográficos e bibliográficos referentes a *corpora*, além de um conjunto de excelentes ilustrações a preto branco (fotografia e desenho) atinentes a uma seleção de inscrições.

Está-se em face de um trabalho honesto, realizado com uma linha metodológica rigorosa, que garante solidez aos resultados e torna a obra imprescindível em qualquer biblioteca que cubra a temática social na Antiguidade. Tem o condão de atrair a atenção para as interdependências que teciam a sociedade romana.

Bibliografia

- BELL, Sinclair W.; BORBONUS, Dorian; MACLEAN, Rose (2024) – *Freed Persons in the Roman World: Status, Diversity and Representation*, Cambridge.
- DUFF, Arnold M. (1928) – *Freedmen in the Early Roman Empire*, Oxford.
- EDMONDSON, Jonathan e NAVARRO CABALLERO, Milagros (2024) – *Onomastique, société et identité culturelle en Lusitanie romaine (ADOPIA I)*, Bordeaux.
- HERNÁNDEZ GUERRA, Liborio (2013) – *Los libertos de la Hispania romana: situación jurídica, promoción social y modos de vida*, Salamanca.
- MANGAS MANJARRÉS, Julio (1971) – *Esclavos y libertos em la España romana*, Salamanca.
- NAVARRO CABALLERO, Milagros e ORIA SEGURA, Mercedes (2024) – La onomástica de cinco comunidades cívicas de la franja atlántica del *conuentus Scallabitanus*: *Aeminium*, *Conimbriga*, *Collippo*, *Seilium*, *Eburobrittium*, in EDMONDSON, J. e NAVARRO CABALLERO, M. – *Onomastique, société et identité culturelle en Lusitanie romaine (ADOPIA I)*, Bordeaux, pp. 487-586.

- REDENTOR, Armando (2017) – *A cultura epigráfica no conuentus Bracaraugustanus (pars Occidentalis): percursos pela sociedade brácara da época romana*, Coimbra. 2 vols (2º = *CECBpo*).
- REDENTOR, Armando (2024) – Onomástica e sociedade na *ciuitas Igaeditanorum*, in EDMONDSON, J. e NAVARRO CABALLERO, M. – *Onomastique, société et identité culturelle en Lusitanie romaine (ADOPIA I)*, Bordeaux, pp. 587-659.
- SERRANO DELGADO, José Miguel (1988) – *Status y promoción social de los libertos en Hispania Romana*, Sevilla.
- TREGGIARI, Susan (1969) – *Roman Freedmen During the Late Republic*, Oxford.
- WEAVER, Paul Richard C. (1972) – *Familia Caesaris: a social study of the emperor's freedmen and slaves*, Cambridge.

ARMANDO REDENTOR

Universidade de Coimbra, CEIS20, Faculdade de Letras

aredentor@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-6459-3285>